

# Medicina Integrativa, política pública de saúde conveniente



ARTIGO

Madel Therezinha Luz  
Paulo Rosenbaum  
Nelson Filice de Barros

No dia 15 de dezembro de 2005, a 162ª reunião ordinária do Conselho Nacional de Saúde – instância máxima da representação da sociedade organizada dentro da administração federal – e representantes do Ministério da Saúde aprovaram conjuntamente o texto “Política Nacional de Práticas Integrativas e Medicinas Complementares para o Sistema Único de Saúde”. Construído e amadurecido durante décadas, ele foi fruto da persistência de muitas vozes e instituições preocupadas em estabelecer diretrizes claras, distintas e efetivas que legislassem sobre tema tão importante e controverso.

Trata-se de apontar uma política pública de saúde que defina critérios, normas e prazos para que as práticas integrativas direcionem seus empenhos também dentro das práticas de saúde pública. Medicina integrativa, nome que veio para corrigir as graves distorções induzidas, ainda que involuntariamente, pelos termos “natural” e “alternativo”. A idéia de uma ação médica integrativa está baseada no conceito desenvolvido por dois autores, Riss e Weil. O primeiro professor do *Royal College of Physicians de Londres, UK*, o segundo fundador de um programa no ensino médico da Faculdade de Medicina do Arizona. Sugeriram um trabalho transdisciplinar que integrasse efetivamente as várias práticas terapêuticas. Tal modelo foi nomeado como medicina integrativa (“integrative” ou “integrated medicine”) para, de certo modo, fundamentar uma outra concepção e designação para as práticas médicas comumente chamadas de complementares ou alternativas. Os benefícios de atividades médicas como homeopatia, acupuntura e antroposofia

ainda são objeto de controvérsias mais passionais do que científicas.

Entretanto há uma outra via pela qual se pode atestar sua importância: a progressiva demanda e o crescente grau de satisfação entre seus usuários conforme dados recentes (2004) da união européia asseguram. Não é pouco, considerando os aspectos que têm validado estas racionalidades médicas de forma consistente nas sociedades contemporâneas em todas as regiões do planeta.

Vale ressaltar que independentemente de posicionamentos favoráveis ou contrários, há que se contar com um mecanismo regulador, que ao mesmo tempo controle e fomente as pesquisas neste campo da medicina. Pesquisas que analisem a consistência epistemológica e a eficácia clínica destes métodos. Mas que levem em consideração a racionalidade adotada em um desenho epidemiológico congruente com eles. Que uma farmaco-economia às técnicas psicométricas. Técnicas que, aliás, vêm sendo colocadas como parâmetros cada vez mais usados em sociedades industrializadas para mensurar “qualidade de vida em saúde”, ampliando radicalmente o escopo operacional da transdisciplinaridade, grande área do saber, ainda subestimada.

A medicina integrativa foi mencionada de forma surpreendentemente elogiosa no último relatório da Academia de Ciências Americana, publicada em 2005. Ora, por que uma comunidade de cientistas de uma sociedade altamente industrializada e sob notável desenvolvimento biotecnológico resolveu emitir este parecer? Decerto há mais motivos do que aqueles que podemos listar aqui. Destarte, o relatório afirma que é por oferecer para as pessoas aquilo que a biomedicina deixou de fornecer. Não porque a medicina integrativa subscreva uma tese salvacionista. Muito mais porque ao se preocupar com o que a tecnociência deixou de lado, tais práticas inseriram um importantíssimo contexto benévolo na relação médico-paciente. Ofereceram acolhimento e cuidados de maior amplitude à multiplicidade de queixas clínicas, que antes eram apenas relegadas como “resíduos” do mal-estar contemporâneo. Enfatizaram o valor da cura e no cuidar, encorajando expectativas positivas e solidariedade nos pacientes. Tornaram-se assim autênticas medicinas baseadas em narrativas, resgatando o sujeito, sua singularidade e integralidade para a prática clínica.



Reprodução: Medicina do Sujeito (www.homeopatia.med.br)

Vista desta perspectiva a mentalidade integrativa está longe de ser uma prática que instigue sectarismo ou confronto com o que a medicina moderna representa. A medicina integrativa defende o resgate do sujeito independentemente da linha terapêutica que cada médico ou agente da saúde adota. Por isso mesmo o documento aqui mencionado torna-se tão vital. O texto “Política Nacional de Práticas Integrativas e Medicinas Complementares para o Sistema Único de Saúde”, assinado e devidamente publicado em *Diário Oficial* por meio da portaria nº 971 de 03 de maio de 2006 do Ministério da Saúde, deve agora ser implantado gradualmente com o apoio da sociedade e das Instituições Científicas que elaboraram o Projeto. A sociedade não pode mais esperar e saberá saudar a vida prática desta decisão.

É fundamental destacar, ainda, as diretrizes doutrinárias da Política. A primeira considera a “estruturação e fortalecimento da atenção em Práticas Integrativas e Complementares (PIC) no SUS”, mediante: inserção em todos os níveis de atenção, com ênfase na atenção básica; estabelecimento de mecanismos de financiamento; elaboração de normas técnicas e operacionais para implantação; e articulação com as demais políticas do Ministério da Saúde. A segunda “propõe o desenvolvimento de estratégias de qualificação em PIC, em conformidade com os princípios da Educação Permanente”. A terceira incentiva a “divulgação e a informação dos conhecimentos básicos das PIC para profissionais de saúde, gestores e usuários”, mediante: apoio técnico ou financeiro a projetos de qualificação de profissionais da área de informação, comunicação e educação popular; elaboração de materiais de divulgação; apoio a informação e divulgação em diferentes linguagens culturais; e apoio a experiências de educação popular. A quarta estimula “ações intersectoriais, buscando parcerias que propiciem o desenvolvimento integral”.

A quinta “propõe o fortalecimento da participação social”. A sexta ressalta o “provimento do acesso e ampliação da produção pública de medicamentos homeopáticos e fitoterápicos”, mediante: elaboração da Relação Nacional de Plantas Medicinais e da Relação Nacional de Fitoterápicos; cumprimento dos critérios de qualidade, eficácia, eficiência e segurança no uso; e cumprimento das boas práticas de manipulação. A sétima garante o “acesso aos demais insumos estratégicos das PIC, com qualidade e segurança das ações”. A oitava “incentiva a pesquisa em PIC com vistas ao aprimoramento da atenção à saúde, avaliando eficiência, eficácia, efetividade e segurança dos cuidados prestados”. A nona propõe o “desenvolvimento de ações de acompanhamento e avaliação das PIC”. A décima promove a “cooperação nacional e internacional nos campos da atenção, educação e pesquisa”. Por fim, a décima primeira “garante o monitoramento da qualidade dos fitoterápicos pelo Sistema Nacional de Vigilância Sanitária”.

O documento ora sancionado salvaguardará, portanto, todos. Contemplará tanto o ceticismo cauteloso que desconfia, como a credulidade entusiasta daqueles que já incorporaram práticas integrativas em suas vidas. Para os primeiros, o documento oferece garantias de que o Estado oferecerá apoio para pesquisas e disporá de um rigor e de um olhar mais atentos à matéria. Para os segundos produzirá um maior número de serviços e um incremento na qualidade ofertada em redes públicas. De qualquer forma, é patente o interesse plural, da sociedade e da República, nesta lei. Ao fim e ao cabo todo médico que vivencia a boa prática clínica sabe que devemos mesmo priorizar o que convém a cada paciente. Síntese que está contida no terceiro princípio hipocrático: “quando nem os contrários nem os semelhantes curam, o que convém é o que cura”.



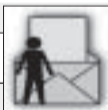
Madel Therezinha Luz é socióloga e professora titular do Instituto de Medicina Social, UERJ.



Paulo Rosenbaum é médico e doutor em Ciências pela Faculdade de Medicina da USP.



Nelson F. de Barros é sociólogo e professor do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp.



## artas

### ■Mandarim (1)

É muito interessante a série de artigos do Eustáquio Gomes, sobretudo para quem, como eu, está há trinta anos na Unicamp. Na edição 330 aparece a crônica sobre um momento de que participei, a dos interventores. E é dito a respeito de Frederico Pimentel Gomes, interventor no Instituto de Matemática, que ele não teve dificuldade para chegar em sua sala na diretoria. Não foi assim, fizemos uma fila dupla tipo “corredor polonês” desde antes da entrada do prédio até a sala, onde ele teve de passar no meio de dizeres pouco simpáticos que o convidavam a se retirar. Uma vez na sala, pela porta os dizeres continuavam. Ou seja: no momento da foto da capa, o rosto dele mostra que já tinha tido bastante “trote”...

Um professor aparece nessa foto, o físico já aposentado A. Fernando dos Santos Pena, de barba, a 4ª cabeça contando da esquerda, citado na edição 316.

José J. Lunazzi,  
Instituto de Física

### ■Mandarim (2)

Acompanhei com emocionada atenção todos os capítulos de *O mandarim*. Mesmo porque enquanto aluno, e depois como professor, acompanhei o último período do Zeferino e os reitores Pinotti e Paulo Renato que se seguiram a ele.

Do meu ponto de vista, foi como voltar no tempo. Um tempo dolorido, mas ao mesmo tempo repleto de sonhos e vontades de mudar o mundo e derrotar a ditadura. Muitas vezes me emocionei, chegando às lágrimas, quando se referia a passagens que vivenciei e que presenciei. O interessante é que isso

deve ter acontecido com muitos, senão com todos os que viveram esse período tão intenso.

Depois de tanto tempo de ter me desligado da Unicamp, me pego sentindo certo arrependimento por ter deixado uma experiência tão rica como aquela, e uma vontade muito grande de retomar aquele projeto. Por outro lado, se não tivesse tido a oportunidade de amadurecer meus ideais durante esse período, não teria conseguido construir tudo o que construí a seguir.

Como se não bastasse ter me brindado com todas essas caras lembranças, o texto suave, preciso e agradável tornava a leitura muito prazerosa e aguçava a curiosidade sobre as histórias que estavam por vir. Parabéns pelo trabalho sério e competente. Obrigado por ter me permitido reviver um período tão importante da minha vida.

João Horta

### ■Vinagre

Sobre a reportagem “Vinagre brasileiro ainda está distante do padrão de qualidade internacional” (edição 332), gostaria de sugerir que ela fosse divulgada não só no âmbito universitário mas também ao público em geral, que desconhece a origem dos produtos que consome. E isso se dá pelo interesse das indústrias em conquistar com um preço acessível uma gama maior de consumidores, negando informações essenciais. A da reportagem me abriu os olhos para identificar o que é bom para minha saúde e dos meus familiares. Prestarei maior atenção na escolha deste produto.

Heloisa Acosta

### ■História do IG

A matéria “A ‘armadilha’ que trouxe as Geociências para a nova era” (edição 333)

está bem feita e interessante, além de ser muito útil a boa parcela de nossos docentes e alunos, que desconhecem a história dos primórdios do IG. Parabéns! No entanto, há dois claros equívocos: a sigla do antigo Departamento de Administração e Política de Recursos Minerais era DARM e não DAPRN. E o professor Amílcar Herrera faleceu em 23 de setembro de 1995, e não em 1993, como consta.

Silvia Figueirôa,  
diretora associada do IG/Unicamp

### ■Adendo

O ator e diretor José Caldas, que apresentou na Unicamp seu espetáculo *O Medo Azul* nos concedeu entrevista sobre o teatro para a infância e juventude (“Teatro infantil sem infantilidades”, edição 333), veio a convite do Departamento de Artes Cênicas, como informa a professora Heloisa Villaboin.

## UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

Reitor José Tadeu Jorge

Vice-reitor Fernando Ferreira Costa

Pró-reitor de Desenvolvimento Universitário Paulo Eduardo Moreira Rodrigues da Silva

Pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários Mohamed Ezz El Din Mostafa Habib

Pró-reitor de Pesquisa Daniel Pereira

Pró-reitor de Pós-Graduação Teresa Dib Zambon Atvars

Pró-reitor de Graduação Edgar Salvadori de Decca

## JORNAL DA UNICAMP

Elaborado pela Assessoria de Imprensa da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Periodicidade semanal. Correspondência e sugestões Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, CEP 13081-970, Campinas-SP. Telefones (0xx19) 3788-5108, 3788-5109, 3788-5111. Fax (0xx19) 3788-5133. Homepage <http://www.unicamp.br/imprensa>. E-mail [imprensa@unicamp.br](mailto:imprensa@unicamp.br). Coordenador de imprensa Eustáquio Gomes. Assessor Chefe Clayton Levy. Editores Alvaro Kassab e Luiz Sugimoto. Redatores Carmo Gallo Netto, Isabel Gardenal, Jeverson Barbieri, Manuel Alves Filho, Maria Alice da Cruz, Nadir Peinado, Raquel do Carmo Santos, Roberto Costa e Ronei Thezolin. Fotografia Antoninho Perri, Neldo Cantanti. Edição de Arte Oséas de Magalhães. Diagramação Andre Luis Amarantes Pedro, Luis Paulo Silva. Arquivo Antonio Scarpineti. Serviços Técnicos Dulcineia B. de Souza, Edison Lara de Almeida e Hélio Costa Júnior. Impressão Prisma Printer Gráfica e Editora Ltda (19) Fone/Fax: 3229-7171. Publicidade JCPR Publicidade e Propaganda: (0xx19) 3232-2210. Assine o jornal on line: [www.unicamp.br/assinjeu](http://www.unicamp.br/assinjeu)